

ÁFRICA AUSTRAL

SADC HOJE VOL 20 NO. 3 ABRIL 2018

Hoje



POLÍTICA	3
LIDERANÇA	4-5
ÁGUA	6
ENERGIA	7-11
COMÉRCIO	12
GÉNERO	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



“Feito em África”

por Kizito Sikuka

SE 25 de Maio representa o dia em que a África se livrou dos vestígios remanescentes da colonização e do apartheid, então 21 de Março é o dia em que o continente fez um movimento ousado para reformar o comércio global.

Reunidos em Kigali, no Ruanda, a 21 de Março, os países africanos assinaram um acordo histórico para estabelecer o maior acordo comercial conhecido por “Área de Comércio Livre Continental” (CFTA, sigla em Inglês).

Além disso, dois outros importantes acordos económicos foram assinados na Sessão Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA). Estes são o Protocolo que institui a Comunidade Económica Africana relativo à livre circulação de pessoas, direito de residência e direito de estabelecimento; bem como a Declaração de Kigali.

De facto, um total de 44 dos 55 Estados-Membros da UA assinaram o acordo para estabelecer uma CFTA, enquanto 27 assinaram o protocolo sobre o tratado que cria a Comunidade Económica Africana relativo à livre circulação de pessoas,

direito de residência e direito de estabelecimento.

O Presidente da UA, o Presidente Paul Kagame, do Ruanda, descreveu a assinatura do acordo da CFTA como um marco histórico para o continente transformar a sua independência política em desenvolvimento económico sustentável.

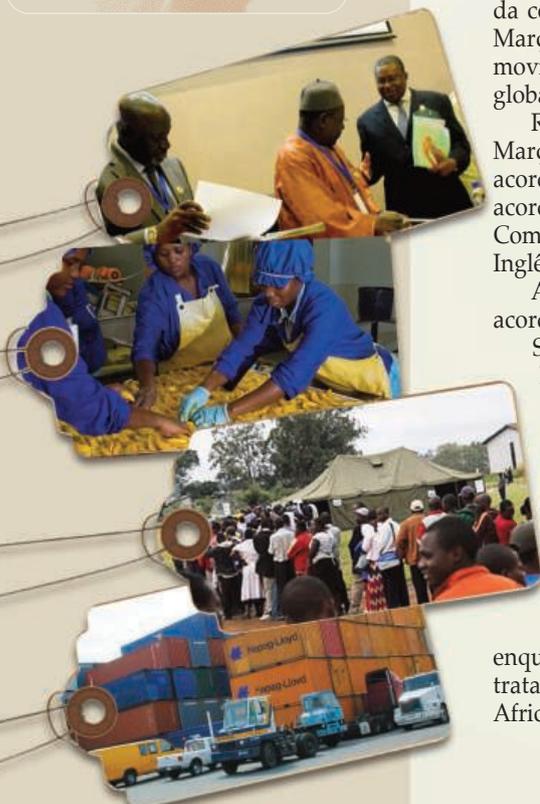
Ele disse que esta ocasião não teria sido alcançada se todos os líderes africanos do “passado e presente” não tivessem trabalhado juntos - destacando que os esforços para estabelecer a CFTA não é um fenómeno novo, mas o culminar de uma visão estabelecida há quase 40 anos atrás no Plano de Acção de Lagos, adoptado pelos líderes da UA em 1980.

Esse compromisso conduziu directamente ao Tratado de Abuja, que institui a Comunidade Económica Africana em 1991.

O presidente Kagame disse que o estabelecimento da CFTA mudará a paisagem económica em África e actuará como um motor para a integração económica e o desenvolvimento.

“Aumentar o comércio intra-africano não significa fazer menos negócios com o resto do mundo. Pelo contrário, à medida que negociamos entre nós, as empresas africanas se tornarão maiores, mais especializadas e mais competitivas internacionalmente”, disse ele.

continua na página 2...



“Feito em África”

“A promessa de livre comércio e liberdade de movimento é uma prosperidade para todos os africanos, porque estamos priorizando a produção de bens e serviços de valor acrescentado que são “Made in Africa”.

O seu homólogo sul-africano, Cyril Ramaphosa, que também é o presidente da SADC, concordou, acrescentando que o próximo passo para complementar a CFTA é promover o movimento suave das pessoas em todo o continente.

Ele disse que derrubar as barreiras coloniais através da abertura de fronteiras encorajará o comércio intrarregional, facilitará o movimento de pessoal qualificado na região, aprofundará os intercâmbios de pessoas para pessoas, bem como transformará o desafio dos migrantes em um benefício de capital humano para a África.

“Você não pode ter uma área de comércio livre sem a livre circulação de pessoas”, disse Ramaphosa, acrescentando que era hora de o continente criar um passaporte único para os seus cidadãos garantirem que os benefícios e oportunidades de pertencer a uma comunidade partilhada em África sejam totalmente desfrutadas.

Mas o que exatamente é essa CFTA? Como funciona e porque é tão importante para a África?

Uma Área de Comércio Livre (ACL) geralmente se refere a uma região onde um grupo de países assina um acordo para reduzir as barreiras comerciais, a fim de aumentar o comércio de bens e serviços entre si.

Por exemplo, quando a SADC alcançou a situação de ACL em 2008, o comércio intrarregional na África Austral aumentou de 89,3 milhões de dólares norte-americanos, em 2001, para 394 milhões de dólares, em 2012, representando um aumento de 341% num período de 11 anos.

Além disso, os consumidores da região estão obtendo melhores produtos a preços mais baixos devido ao aumento da produção, enquanto os produtores se beneficiam de um comércio livre de tarifas para todos os produtos originários da região.

A este respeito, a CFTA visa promover o movimento



harmonioso de bens e serviços através das fronteiras, bem como permitir que os países membros harmonizem as políticas comerciais regionais para promover a concorrência equitativa e o aumento do comércio.

Segundo a UA, espera-se que a CFTA, quando estiver totalmente operacional, aumente o comércio intrarregional africano dos actuais 10% para cerca de 40%.

A CFTA também representa uma declaração ousada e uma oportunidade significativa para o continente corrigir as vulnerabilidades das economias da África dentro da ordem económica global, que faz com que o continente comercialize mais com o mundo exterior do que com a África.

Essa estrutura comercial significa que os recursos destinados a desenvolver a África são embarcados e comercializados em outros lugares, melhorando as economias de outros países da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos.

Os actuais desequilíbrios comerciais são causados por vários factores, incluindo limitadas infraestruturas construídas durante a era colonial para não permitir qualquer movimento suave de bens, serviços e pessoas entre países africanos, bem como a imposição de barreiras não-tarifárias entre países africanos.

Outro factor importante é a falta de um sector industrializado e vibrante que transforma a África de numa fonte de matéria-prima barata para outros países do oeste.

Então, como vai funcionar a CFTA?

Espera-se que a CFTA seja implementada em várias fases, uma vez que o processo global de integração regional em África, incluindo as suas oito Comunidades Económicas Regionais (RECs), se encontra em diferentes fases.

A este respeito, a CFTA basear-se-á na existência de outras ACLs no continente, como a ACL da SADC e a “Grande” ACL pendente envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental e a SADC.

No entanto, a implementação efectiva da CFTA implicará que todos os membros do acordo de comércio abram quaisquer tarifas, impostos ou exigências especiais para importação de bens de outros países membros.

As partes do acordo também devem desestimular qualquer monopólio do mercado interno para facilitar a entrada de produtores internacionais no mercado.

Espera-se que as implicações desses regulamentos promovam o comércio livre e justo e a competição entre os Estados membros, encorajando, assim, os países a trabalharem juntos e não como estados individuais.

Como tal, alguns dos benefícios que resultarão da CFTA incluem a harmonização de

políticas comerciais e a remoção de barreiras não-tarifárias, permitindo que os países aumentem os seus ganhos, penetrem em novos mercados e contribuam para seu desenvolvimento nacional.

Além disso, a CFTA resolverá os desafios de filiações múltiplas e sobrepostas e agilizará os processos de integração regionais e continentais.

Actualmente, a maioria dos países da África pertence a mais de uma CERs, uma situação que geralmente leva a conflitos de lealdade e confusão de compromisso, dificultando assim o progresso da integração em África.

Portanto, lidar com as questões da sobreposição de membros tem a capacidade de acelerar o ritmo da integração em África.

Espera-se também que o estabelecimento da CFTA aumente a competitividade no nível industrial e empresarial, explorando oportunidades de produção em escala, acesso a mercados continentais e melhor realocação de recursos.

A decisão de estabelecer uma CFTA foi adotada pela 18ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da UA, na sua cimeira anual, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2012.

As negociações para a CFTA começaram em Junho de 2015 com a data inicial do lançamento prevista para 2017. No entanto, isso foi adiado para garantir que modalidades correctas fossem postas em prática para o sucesso do mercado.

A CFTA reúne todos os 55 Estados Membros da UA, criando um mercado combinado de mais de um bilhão de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 trilhões de dólares norte-americanos. sardc.net □



SADC pretende produzir medicamentos localmente

A **ÁFRICA** Austral começou a implementar mecanismos para facilitar a produção de medicamentos e outros produtos de saúde na região.

A medida está alinhada com a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC, que identifica uma base de capital humano saudável e vibrante como um

facilitador importante da integração regional, incluindo o avanço da agenda de industrialização na África Austral.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse ao Conselho de Ministros da SADC realizado em Pretória, África do Sul, de 26-27 de

Março, que um estudo de viabilidade sobre a Produção Regional de Medicamentos e Produtos de Saúde foi concluído durante o ano.

"Este estudo facilitará a criação de mecanismos para facilitar o fabrico dos tão necessários medicamentos genéricos e produtos de saúde para doenças transmissíveis e

não transmissíveis na região", disse ela.

Um medicamento genérico é uma cópia do produto de marca original, uma vez que quando a patente do produto original termina, a empresa farmacêutica que desenvolveu o medicamento não tem mais o direito exclusivo de produzir e distribuir o tal medicamento.

Como tal, outras empresas farmacêuticas são capazes de criar a sua própria versão do medicamento. Portanto, o tipo e a quantidade do ingrediente activo no produto genérico é o mesmo da versão com marca, mas podem diferir em embalagem, cor ou dosagem.

Por outro lado, os produtos de saúde referem-se a vários instrumentos ou mercadorias, como equipamentos de laboratório para testar e tratar várias complicações ou doenças.

As doenças transmissíveis são doenças que podem ser transmitidas de uma pessoa para outra, como a malária e o HIV / AIDS. Essas doenças geralmente são responsáveis por milhões de mortes na região.

As doenças não transmissíveis referem-se a doenças que são inerentes, como doenças cardíacas e diabetes, que também estão aumentando em toda a região.

A Dra. Tax disse que a próxima etapa para facilitar a produção de medicamentos e produtos de saúde na região é apresentar uma estratégia para garantir a implementação bem-sucedida do programa.

"Tendo completado este importante estudo, no ano fiscal de 2018/19, o Secretariado irá coordenar o desenvolvimento de um Plano de Acção de 5 anos de Manufatura Farmacêutica da SADC." □

Aproveitamento da Parcerias Público-Privadas

A **SADC** intensificou os esforços para aproveitar o papel das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na promoção da agenda de industrialização na região.

As PPPs são consideradas um modelo viável para atrair investimentos para projectos públicos, permitindo que os governos tenham mais acesso a capital adicional e financiamento.

A este respeito, o Secretariado da SADC está a finalizar o desenvolvimento de um mecanismo eficaz de envolvimento das PPP.

Actualmente, o envolvimento entre o sector público e privado na SADC não é estruturado nem formalizado, uma situação que contribuiu para o lento ritmo de integração e desenvolvimento industrial na região.

"Reconhecendo o papel central do sector privado para a consecução dos objectivos de desenvolvimento da região, durante o ano, o Secretariado continuou a trabalhar com organizações do sector privado nos Estados Membros para finalizar o desenvolvimento de um mecanismo eficaz de envolvimento público-privado", afirmou a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax,

durante o Conselho de Ministros da SADC, realizado em Pretória, África do Sul, de 26-27 de Março.

"Isso (desenvolvimento de um mecanismo eficaz de participação público-privada) garantirá que nossos programas e actividades sejam informados

pelas necessidades e experiências do sector privado."

Ela disse que a "versão preliminar do mecanismo foi apresentada e deliberada pelo Fórum de Desenvolvimento Industrial em Fevereiro de 2018 e deverá ser finalizado em 2018/19". □

O CONSELHO de Ministros da SADC reuniu-se de 26-27 de Março, em Pretória, África do Sul, para discutir as acções, as intervenções políticas e o ambiente macroeconómico necessário para aprofundar a integração na África Austral.

A reunião também considerou uma série de documentos estratégicos e recebeu relatórios sobre a implementação das áreas prioritárias do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto 2015-2020 (RISDP), e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063. Os ministros receberam um informe sobre o progresso na implementação do Plano 2017/18 e consideraram o Plano e Orçamento proposto para 2018/19.

A Presidente do Conselho de Ministros da SADC, Dra. Lindiwe Sisulu, que é o Ministra Sul-Africana de Relações Internacionais e Cooperação, disse que a industrialização é um pré-requisito para a SADC aproveitar a prosperidade na região e apelou a parcerias mais fortes entre o sector público e privado para garantir que a agenda da industrialização seja um sucesso.

"Os membros da SADC devem concentrar-se na necessidade de fortalecer as capacidades da região dentro e fora do governo para promover a industrialização regional e identificar cadeias de valor prioritárias e tomar medidas para atrair o sector privado para estes sectores específicos", disse Sisulu que . □

A VISITA ao Zimbabwe, pelo novo Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, faz parte de uma série de visitas de trabalho com homólogos dos países vizinhos que o levaram a Angola, Namíbia, Botswana e Moçambique.

O Presidente Ramaphosa está a visitar os seus vizinhos como o mais recente Presidente da região e na sua qualidade de Presidente da SADC.

Isto acontece num momento de muitas mudanças de liderança nos Estados membros da SADC e muitas oportunidades para construir novas parcerias económicas a partir de relações históricas de longa data.

A agenda de integração regional na SADC está a avançar rapidamente, enraizada numa política de desenvolvimento industrial e destinada a facilitar uma cooperação mais estreita através das fronteiras, incluindo o movimento de pessoas e bens.

A África do Sul enfrentou desafios durante a recente transição na liderança do partido e do País, mas depois de deixar o cargo, o ex-Presidente Jacob Zuma retornou à sua aldeia em KwaZulu Natal e prometeu apoiar seu partido, prometendo fazer campanha activa para o ANC nas eleições de 2019.

Ramaphosa foi empossado a 15 de Fevereiro, e o seu país foi eleito Presidente da SADC na Cimeira realizada o ano passado em Pretória.

O Presidente Mnangagwa é alguns meses mais velho no cargo do que Ramaphosa tendo sido empossado a 24 de Novembro de 2017. Ambos foram eleitos como líderes consensuais dos seus respectivos partidos, a Frente Patriótica Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU PF) e o Congresso Nacional Africano (ANC), em congressos partidários realizados em Dezembro de 2017.

Antes de vir para o Zimbabwe, o Presidente Ramaphosa visitou Moçambique na manhã de Sábado para uma visita de cortesia ao Presidente Filipe Nyusi, um dos mais antigos no cargo que iniciou o seu mandato a 15 de Janeiro de 2015.

Uma declaração da presidência em Moçambique disse que a visita visava "fortalecer e aprofundar os laços históricos de solidariedade, amizade e cooperação política, económica, social e cultural entre os dois países, bem como avaliar o estágio da cooperação bilateral".

O Presidente Ramaphosa é acompanhado nas visitas regionais pela sua nova Ministra de Relações Internacionais e Cooperação, Lindiwe Sisulu, e pelo Ministro da Defesa e Veteranos Militares, Nosiviwe Mapisa-Nqakula, assim como outros funcionários do governo.

Iniciou as suas visitas regionais no início deste mês, em Luanda, com um apelo ao novo líder angolano, o Presidente João Lourenço, que tomou posse como Presidente a 26 de Setembro de 2017, após as eleições nacionais de agosto. Angola usa um sistema de colégio eleitoral similar à África do Sul, no qual o presidente não é eleito diretamente pelos eleitores, mas é o candidato do partido da maioria no Parlamento.

Lourenço foi seleccionado pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) para substituir José Eduardo dos Santos, que era chefe de Estado desde 1979 e continua líder do partido.

Angola foi escolhida como o primeiro país a visitar pelo Presidente Ramaphosa devido à "relação muito especial e histórica" desde os anos 70 e 80, quando Angola acolheu campos de treino militar para o ANC durante a luta armada contra o apartheid na África do Sul, um sistema de "desenvolvimento separado" que isolou os cidadãos por raça e facilitou um desenvolvimento profundamente desigual que permanece enraizado até o momento.

Angola é também o actual Presidente da Troika do Órgão da SADC sobre Cooperação Política, Defesa e Segurança. Este é o sistema usado entre as Cimeiras para que um comité de líderes se reúna e discuta questões que não podem esperar pela Cimeira anual da SADC, que normalmente acontece em Agosto.



O mais recente Presi

Enquanto a África do Sul é o actual Presidente da SADC, a Namíbia é o próximo presidente, o que significa que a Namíbia presidirá a organização regional depois de sediar a próxima Cimeira da SADC, que deverá ter lugar em Agosto deste ano. Windhoek foi, portanto, a segunda capital regional a ser visitada pelo Presidente Ramaphosa no início de Março.

O presidente da Namíbia, Hage Geingob, foi eleito líder do partido no 6º Congresso do Partido SWAPO no final de Novembro. Ele já é o presidente do país, tendo vencido as eleições de 2014 e foi empossado como presidente a 21 de Março de 2015.

O Presidente Ramaphosa disse que foi uma visita de cortesia muito especial que serviu para "vir e renovar a nossa amizade, consolidá-la e também olhar para trás de onde viemos, porque fomos companheiros de armas e companheiros de luta e agora avançamos como camaradas no desenvolvimento dos nossos países."

Ele reconheceu as estreitas relações entre os movimentos de libertação anteriores que trabalharam juntos "contra o inimigo comum, mas porque tínhamos tantas coisas que nos ligavam, que nos uniam.

"Tínhamos a mesma visão, a mesma perspectiva, forças progressistas, unidas pela necessidade de desenvolver o nosso povo. De muitas maneiras, escolhemos uns aos outros, mas como países somos vizinhos que também estão juntos", disse ele.

"Também somos todos novos porque tenho dois dos meus colegas que são ministros. Acabamos de reformular o nosso Governo e o que você está vendo é uma parte de um novo executivo da República da África do Sul. Para nós, este é um momento muito especial e estamos ansiosos pelos compromissos sérios a nível binacional."

O Presidente Ramaphosa disse que eles se engajariam mais tarde em questões sérias da economia, comércio, conexões culturais e relações

Presidente da região dirige a SADC e visita países vizinhos



políticas e para lidar com "questões que obviamente visam ao desenvolvimento dos nossos dois países, crescimento das nossas economias e, quando se trata disso, saberemos que estamos fazendo a coisa certa para levar os nossos países adiante."

Depois de visitar a Namíbia, o Presidente Ramaphosa foi para o Botswana para visitar o Presidente Seretse Khama Ian Khama.

Ao receber o seu colega sul-africano, o presidente Khama enfatizou que "somos um só povo", e isso foi ecoado pelo presidente Ramaphosa, que disse que eles são um povo separado apenas pelos limites coloniais.

O presidente Khama também falou sobre a singularidade da visita quando o presidente Ramaphosa assumiu o cargo apenas um mês antes, enquanto ele, o presidente do Botswana, deixaria o cargo em duas semanas, no final de Março. Ele é Presidente desde 1 de Abril de 2008, quando o seu antecessor deixou o cargo e, como vice-presidente, ele assumiu o cargo principal.

O sistema de governação no Botswana facilita uma mudança no Chefe de Estado entre as eleições, assim o Presidente Khama está se preparando para entregar ao Vice Presidente Mokgweetsi Masisi, e ele queria apresentá-lo ao seu homólogo sul-africano.

O Botswana também abriga a sede do Secretariado da SADC e é comum que o presidente da SADC embarque em uma visita de familiarização, onde ele foi acolhido pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax.

A SADC congratulou-se com a transição pacífica no Zimbabwe e a União Africana emitiu também uma declaração saudando a decisão do antigo Presidente de se demitir, acrescentando que "a decisão de hoje entrará para a História como um acto de estadista que só pode reforçar o legado político do Presidente Mugabe". sardc.net □

Integração regional é a chave para o desenvolvimento sustentável



O PRESIDENTE da SADC, Presidente Cyril Ramaphosa da África do Sul, disse que há necessidade de acelerar a integração regional na África Austral para garantir o desenvolvimento sustentável. Ramaphosa disse isto a 3 de Março, quando visitou o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana. No seu discurso à direcção e ao pessoal da SADC, ele disse que quando os países formam um grupo maior, eles normalmente e naturalmente se tornam melhor colocados para trabalhar em conjunto para alcançar o desenvolvimento sustentável e resolver os conflitos entre si. Ele disse que durante o seu mandato como presidente da SADC, ele se concentrará na condução de questões-chave como a paz e a estabilidade e a agenda de industrialização da SADC. □



SADC caminha para enfrentar o desafio da segurança da água

À **MEDIDA** que a África Austral se prepara para uma iminente escassez de água, a região está implementando várias medidas para enfrentar este desafio.

O desafio da água na região está ligado à redução das chuvas que diminuiu os níveis de água, as mudanças climáticas e ao aumento da população.

As previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicam que as chuvas anuais continuarão a diminuir na maior parte da região, enquanto a duração da estação chuvosa também diminuirá.

Cerca de 70 por cento da população na SADC depende da agricultura de sequeiro para a produção de culturas, e grandes segmentos das populações rurais estão envolvidos na agricultura de subsistência, pastoreio de gado e pesca artesanal.

Como solução a longo prazo para a escassez de água na região, os Ministros Responsáveis pela Água da SADC que se reuniram em Julho de 2017 em Ezulwini, Swazilândia, ordenaram ao Secretariado a mobilização de recursos para o estudo de viabilidade do Sistema de Transferência de Água da Bacia do Congo.

Um estudo de pré-viabilidade para transferir água da bacia do Congo para a parte mais seca do sul da região foi realizado pelo Secretariado através da então Unidade de Coordenação do Sector de Água, em 2002, com o financiamento da Namíbia.

O estudo de pré-viabilidade indicou que seria rentável utilizar o rio Zambeze como um canal para a transferência. Outro sistema planeado é o

Projecto de Transferência de Água Lesotho-Botswana que resultará na transferência de água do Lesotho para o Botswana e África do Sul.

Os Ministros da Água da SADC exortaram os três países a acelerar a mobilização de recursos e processos conducentes à implementação do projecto, assistidos pelo Secretariado da SADC e pelo Secretariado da ORASECOM. Um estudo de reconhecimento para o projecto foi concluído em 2015.

A Namíbia e o Botswana estão planeando montar uma central de dessalinização multibilionária e um oleoduto para se estender até o Botswana, que extrairá água do Oceano Atlântico.

“Estamos explorando a possibilidade de uma central de dessalinização. Tanto a Namíbia como o Botswana enfrentam desafios ligados aos recursos hídricos”, disse o Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana, durante uma visita à Namíbia, em Fevereiro, para a assinatura de um Tratado de Fronteira para aumentar a livre circulação de pessoas, animais e utilização sustentável de recursos hídricos partilhados.

Ele disse que uma vez que a chuva ou os rios vindos do norte não fornecerão água suficiente, seria necessário explorar “a possibilidade de montar uma central comum de dessalinização”.

O Zimbabwe também está considerando exportar água para os Estados mais secos da SADC.

A possibilidade de exportação de água foi uma das questões que o Presidente do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa, deliberou com o Presidente do

Botswana, Ian Khama, durante a sua Visita de Estado a esse país em Fevereiro.

“Há a área da água que é muito importante. Nós, como Zimbabwe, temos o que eu chamaria de diamante azul, que é água doce. A água doce na região vai ser escassa e é agora que precisamos de analisar ainda mais a capacidade das nossas barragens para que tenhamos a capacidade de exportar água”.

A resiliência a choques ambientais e climáticos, como a escassez de água, dependerá da preparação, coordenação e resposta multissetorial a desastres naturais, especialmente cheias e secas.

“Há necessidade de uma resposta de longo prazo para o desenvolvimento, visando a resiliência e a redução do impacto de futuros eventos climáticos extremos”, disse o Diretor Regional da UNESCO para a África Austral, Hubert Gijzen.

“Uma colaboração regional mais próxima reduzirá os riscos de desastres”

É **NECESSÁRIO** que os países da SADC continuem a trabalhar juntos para limitar o risco imposto pelos desastres naturais, como secas e escassez de água.

O Director da Agricultura Alimentar e Recursos Naturais (FANR) no Secretariado da SADC, Domingos Gove, disse na Conferência Regional sobre a Redução do Risco de Desastres (DRR) da SADC realizada a 26 de Março, em Pretória, África do Sul, que a região enfrenta uma tendência crescente de ocorrências de desastres, daí a importância de juntar esforços para enfrentar os desafios.

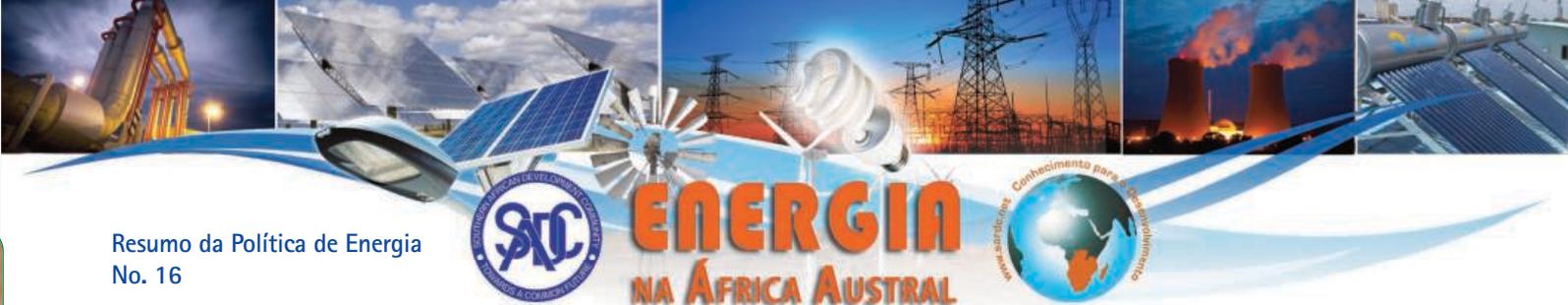
Ele disse que as respostas incluem o desenvolvimento de um sector hídrico mais forte, apoiando inovações no sector de água, desenvolvendo abordagens mais robustas de gestão de água, melhores tecnologias de captação e recarga de água e redes inteligentes de uso e reutilização de água”, observou.

Esforços para abordar os impactos das mudanças climáticas têm sido, em maior medida, voltados para a assistência humanitária que fortalece a resiliência a impactos futuros.

Gijzen acrescentou que também há necessidade de desenvolver e demonstrar sistemas de uso de água mais eficientes, tecnologias de economia de água e mais abordagens de “colheita por gota”, bem como a necessidade de criar e fortalecer as instituições do sector de água na região. □

Ele disse que é fundamental que haja um compromisso renovado para acelerar a implementação dos quadros de Redução do Risco de Desastres (RRD) como o Quadro de Sendai para a RRD (SFDRR) (2015 - 2030) e o Programa de Acção da União Africana para a RRD.

Gove também observou que a aprovação da Estratégia e Plano de Prontidão e Resposta a Desastres Regionais pelo Conselho de Ministros da SADC, em Agosto de 2017, é um marco importante na gestão de desastres na região. □



ENERGIA NA ÁFRICA AUSTRAL



Eficiência Energética é fundamental para a Agenda de Industrialização da SADC

Introdução

A Eficiência Energética (EE) tornou-se um assunto importante e uma forma inovadora de reduzir o consumo e uso de energia. Isto é particularmente crucial para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) que está enfrentando desafios incapacitantes em atender as suas necessidades de energia devido a uma combinação de factores que resultaram em custos crescentes de energia e baixo acesso a energia limpa e acessível em toda a região. Em última análise, o acesso e o fornecimento inadequado de energia afetaram o ritmo da integração regional e do desenvolvimento industrial. Por exemplo, a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015 - 2063), visa aumentar a competitividade (na empresa / indústria, país e nível regional) com um objectivo quantitativo para elevar a taxa de crescimento regional do Produto Interno Bruto (PIB) real de 4%, por ano (desde o ano 2000), até um mínimo de 7% por ano.

Contudo, para atingir este objectivo, é necessário que a SADC adopte tecnologias de eficiência energética para reduzir o custo de produção e minimizar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) que contribuem para as alterações climáticas. A região, através do Centro para a Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE), está a desenvolver um Programa Regional de Eficiência Energética Industrial da SADC (SIEEP) em apoio à Agenda de Industrialização da SADC como parte do seu programa global de EE. Este resumo de políticas, portanto, apresenta a situação actual da EE industrial na região da SADC incluindo barreiras e oportunidades, bem como algumas das principais intervenções propostas pelo SIEEP para ajudar o sector industrial da região da SADC a utilizar a energia eficientemente de maneira económica para sua agenda de desenvolvimento económico e desenvolvimento sustentável.

Breve Historial sobre o SACREEE e SIEEP

SACREEE foi estabelecido pelos ministros da SADC responsáveis pela energia em 2015 como uma agência subsidiária do Secretariado da SADC com um mandato para contribuir para:

- Maior acesso a serviços modernos de energia, e
- Maior segurança energética em toda a região da SADC.

Espera-se também que o centro contribua substancialmente para o desenvolvimento de mercados regionais prósperos de energia renovável e EE por meio de partilha de conhecimento e assessoria técnica nas áreas de política e regulamentação, cooperação tecnológica,



desenvolvimento de capacidade e promoção de investimentos. Com sede em Windhoek, na Namíbia, o centro é apoiado pela Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

O SIEEP destina-se a apoiar a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC, 2015-2063. O SIEEP contribuirá para a competitividade dos sectores industriais dos Estados Membros da SADC, aumentando a sua capacidade de adoptar, investir e utilizar tecnologias e práticas energeticamente eficientes. O grupo-alvo são indústrias de média e grande dimensão. Os objectivos do Programa (SIEEP) contribuem para os objectivos da região de:

- Disponibilizar serviços de energia adequados, confiáveis, de baixo custo e ambientalmente sustentáveis para a SADC; e
- Transformação a longo prazo da economia da SADC e criação da economia do conhecimento do futuro.

Situação Regional sobre Eficiência Energética

O Estudo do Objectivo e Avaliação do SIEEP realizado em 2017 revelou que o desempenho das indústrias na região é baixo com base na utilização da capacidade e outras medidas. Isso é atribuído ao ambiente económico global precário, infraestruturas obsoletas, questões trabalhistas, escassez de energia e qualidade do suprimento e altos custos de energia. Em todos os países, a produção de alimentos e bebidas e todas as agroindústrias que dependem dos recursos naturais, como a silvicultura, operam em níveis relativamente altos de capacidade e são menos afectadas pelas mudanças nas economias nacionais e globais.

A situação geral na região é que pouco esforço tem sido feito no sector industrial com relação à eficiência

energética industrial, excepto em alguns países, como as Maurícias e África do Sul, que alcançaram um nível significativo de sucesso na promoção da eficiência energética através de uma combinação de incentivos governamentais (políticas, regulamentação e incentivos fiscais) e de iniciativas lideradas pelo sector privado. O sector industrial tem sido o menos activo no desenvolvimento e implementação de medidas de eficiência energética em comparação com outros sectores na região da SADC. A falta de actividades voltadas para

a eficiência energética industrial pode ser atribuída à falta geral de diretrizes para a eficiência energética. O Estudo do Objectivo Avaliação identificou que a maioria dos países da região não possui políticas e estratégias dedicadas para lidar com a EE, conforme ilustrado na Tabela 1, abaixo:

D-Rascunho; P-Politica, IN - Instituição de RE / EE dedicada, S - Estratégia, A- Plano de Acção; CL - Linha de Crédito; TR- Desconto de Imposto, I-Partilha da indústria; Medição líquida T-Trajecto na região do município (África do Sul) e Distribuidor Regional de Electricidade (Namíbia); N-Nacional, I-Indústria, CB-Licitação Competitiva; E-Existe; P-Pendente; As tarifas são apenas para cobrança de energia e não incluem demanda máxima e encargos fixos; *** penetração da indústria não melhorias de energia; NDC - Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Nos últimos anos, dois programas significativos cobrindo EE industrial foram implementados a nível regional. Os dois programas são o Programa de Gestão da Indústria da SADC (SIEMP) e o Programa de Gestão de Eficiência Energética na África Austral (EEMP), ambos implementados para promover a consciencialização da eficiência energética e capacitação na indústria. O objectivo do SIEMP, que foi financiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento



Tabela 1: Estatísticas energéticas dos Estados membros da SADC, enquadramento político e contribuição económica do PIB do sector transformador

Pais	Taxa de Acesso a Eletricidade % ¹	Politica de Energia em vigor (ano)	Politica/ estratégia / plano de acção/ plano director de EE em vigor(ano)	Meta Nacional de EE & Poupanças Industriais %	Politica/ estratégia/ plano de acção/ plano director de RE em vigor (ano)	Meta total de RE / partilha de rede (%)	REA- JUSTE (ano)	Medição líquida existe	Tarifa industrial subsidiada em USD centavos ²	Incentivos financeiros para medidas de EE nas indústrias	Participação da indústria no consumo de energia%	Participação do sector manufactureiro no PIB (2016) ³
Angola	32	2011					D		6.37		8	5.4 (2015)
Botswana	56	D		10N	2016S				5.7		18	6 ⁴ (2015)
RDC	14	2013	2016 S						5.6		16	18
Lesotho	28	2003							2.0		36	10 (est)
Madagascar	17	2015		60I***					7-8	P	19	15
Malawi	12	2003							2.7		26	10
Maurícias	100			10N					16.5	CL	26	14.1
Moçambique	21	2009S	2016 MP/IN						1.8		20	10
Namíbia	50	2017	IN		2017	70 até 2030 (NDC)	E	T	9.2-16.2 ⁵		12	
Seychelles	100	2012 S 2012A							25-30 ⁶		28	15.3 (2014)
África do Sul	86		2016S	15I	2011P		CB	T	8-10	CL/TR	39	13
Swazilândia	65	2017D	IN					2017D	7.1		52	36 (2014)
Tanzânia	16	2010S	2017(P) D	20(electricidade)		32 até 2030			7.0		15	6 (18 ⁷)
Zâmbia	28	2008	(A)D				D	+D	1.5-3.3		32	11
Zimbabwe	40	2012	IN		2017D IN				7.0		8	10

D-Rascunho; P-Politica, IN - Instituição de RE / EE dedicada, S - Estratégia, A- Plano de Acção; CL - Linha de Crédito; TR- Desconto de Imposto, I-Partilha da indústria; Medição líquida T-Trajecto na região do município (África do Sul) e Distribuidor Regional de Electricidade (Namíbia); N-Nacional, I-Indústria, CB-Licitação Competitiva; E-Existe; P-Pendente; As tarifas são apenas para cobrança de energia e não incluem demanda máxima e encargos fixos; *** penetração da indústria não melhorias de energia; NDC - Contribuições Nacionalmente Determinadas.

¹ Fonte de dados de acesso à eletricidade é a base de dados do SE4ALL Quadro de Rastreamento Global 2017 e validada pelo MS durante o Projecto SIEEP.

² Estimado de várias fontes e convertido para centavos de dólar usando o conversor de câmbio.

³ Muitos dados são do portal <https://data.worldbank.org/indicador/NV.IND.MANF.ZS>

⁴ 31% incluindo mineração

⁵ A mineração é de 9USD centavos / kwh, e depois a comercial / industrial é de 16,2 centavos de dólar / kwh

⁶ Faixa de abrangência do nível máximo de demanda

Internacional (CIDA), era promover a gestão de energia na indústria por meio de treinamento de instrutores e produção de manuais de treinamento e material sobre a gestão de energia. Algumas das realizações do SIEMP, que decorreu entre 1994 e 1998, incluíram a formação de técnicos e engenheiros nas indústrias selecionadas e a realização de numerosas auditorias energéticas básicas e a introdução de algum nível de gestão de energia.

O objectivo do EEMP, financiado pela União Europeia (UE) de 2007 a 2014, foi criar e aumentar a consciencialização sobre o valor da gestão de energia entre pequenas e médias empresas em sectores selecionados para melhorar seu consumo de energia e melhorar sua competitividade, assegurando assim a longo prazo a sustentabilidade do uso de energia. A monitoria do consumo de energia foi fundamental no programa para identificar a necessidade de substituir equipamentos ineficientes existentes e a instalação de sistemas integrados de energia renovável. Apesar dos programas regionais terem sido úteis para criar consciencialização e construir alguma capacidade técnica de alguns consultores, a sua sustentabilidade não foi garantida. O projecto e o desenvolvimento do SIEEP, que estabelecerá uma agenda para o programa de eficiência industrial da região, serão alimentados pelas actividades anteriores.

Oportunidades e Desafios

Existem várias oportunidades no sector industrial para reduzir a intensidade de energia e melhorar a eficiência energética na sua operação. O SIEEP identificou as seguintes acções possíveis para aumentar a energia no sector industrial em toda a região da SADC:

- ❖ Implementação de auditorias energéticas para identificar oportunidades de redução de energia;
- ❖ Fomento do uso de energia em diferentes sectores de atividade e definição de metas;
- ❖ Assegurar que as políticas, estratégias e planos de acção de eficiência energética sejam implementados;
- ❖ Envolvimento do sector privado e criação de indústrias na região, produzindo tecnologias de eficiência energética;
- ❖ Criar consciência para a comunidade industrial sobre os benefícios da eficiência energética através de programas de demonstração;
- ❖ Criação de empresas de serviços de energia para lidar com auditorias energéticas, monitoria e verificação; e;
- ❖ Produção de energia embutida a partir de instalações de energia renovável para compensar a absorção de eletricidade da rede.

Na maioria dos Estados membros, ainda existe uma série de barreiras para a integração da EE nas indústrias. A maioria dos países é afetada por fornecimento inadequado de energia e falta de investimento em novos equipamentos e tecnologias de EE. Adicionalmente há falta de políticas, estratégias e planos de acção de eficiência energética dedicados ou abrangentes nos países para promover a eficiência energética. Em alguns países, a eficiência energética aparece nas políticas nacionais de energia, mas sem quaisquer planos ou metas de acção o que dificulta a garantia da sua implementação e a eficácia das medidas. O nível de cooperação entre o governo e o sector privado está ausente na maioria dos

Estados-Membros. A outra questão é a falta de coordenação e o diálogo limitado entre os diferentes actores do mercado. As tarifas baixas que não refletem os custos, bem como os subsídios, não incentivam os investimentos em EE. Além disso, alguns dos principais desafios são:

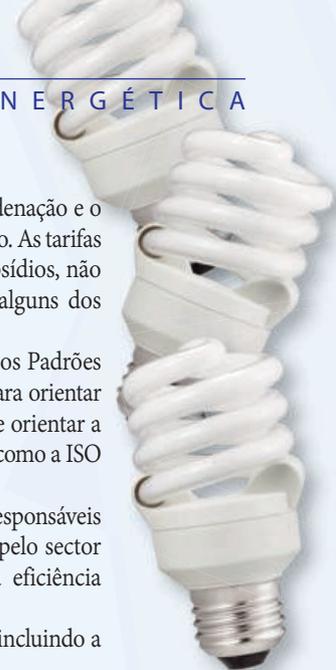
- Falta de padrões de eficiência energética, como os Padrões Mínimos de Desempenho Energético (MEPS), para orientar a selecção de tecnologias e a baixa capacidade de orientar a indústria a adoptar padrões de gestão de energia, como a ISO 50001;
- Falta de compreensão por parte dos principais responsáveis pela tomada de decisão sobre o uso de energia pelo sector industrial e onde existem oportunidades para eficiência energética;
- Conhecimentos limitados em gestão de energia, incluindo a realização de auditorias energéticas;
- Baixo envolvimento do sector privado em actividades de eficiência energética, como as empresas de serviços energéticos (ESCOS), devido ao pequeno mercado, entre outros factores;
- Financiamento limitado para EE especialmente de bancos comerciais locais e investimentos Estrangeiros Diretos (DFIs) devido à falta de conhecimento, bem como pericia técnica na avaliação de projectos de eficiência energética;
- Complexidade da integração de aplicações e tecnologias de EE, incluindo aplicações térmicas solares;
- Falta de marcos regulatórios que permitam a auto produção de energia renovável; e
- Uso limitado de Medição e Verificação em projectos de eficiência energética.

Panorama Jurídico e Institucional

Apesar dos desafios e oportunidades, existem vários documentos legais, políticas e quadros institucionais, destinados a facilitar a disponibilidade de energia e segurança energética para a região da SADC. Os principais quadros existentes são:

- ❖ Tratado da SADC (1992);
- ❖ O Protocolo da SADC sobre Energia (1996);
- ❖ Política e Estratégia de Cooperação Energética da SADC (1996);
- ❖ O Plano de Acção para a Energia da SADC (1997) e (2000);
- ❖ Estratégia e Plano de Acção Regional de Acesso à Energia da SADC (2010);
- ❖ O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2010 a 2020;
- ❖ Plano Director para o Desenvolvimento de Infraestruturas (2015 - 2020);
- ❖ Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015 - 2063); e
- ❖ A Estratégia e o Plano de Acção de 2015 para a Eficiência Energética e Energias Renováveis (REEESAP).

Estes quadros criaram um ambiente favorável ao investimento no sector da energia e para a cooperação económica entre os Estados Membros da SADC. A Direcção de Infraestruturas e Serviços do Secretariado da



SADC está encarregada de coordenar os desenvolvimentos no sector da energia através da Divisão de Energia.

Estruturação e Implementação do SIEEP

Com base em amplas consultas com os Estados Membros, a indústria e outras partes interessadas importantes, a necessidade de desenvolver um programa regional de EE industrial foi destacada para ser vencida há muito tempo. O projecto e a implementação do SIEEP visa abordar as barreiras e lacunas e aproveitar as oportunidades identificadas no Estudo do Objectivo e Avaliação. O Programa será baseado nos seis (6) pilares indicados:

Figura 1: Pilares de Implementação do SIEEP



O SIEEP também contribuirá para os esforços anteriores de definição do papel das energias renováveis e da eficiência energética para melhorar o acesso à energia..

Opções de Política / Passos seguintes

Para garantir um programa industrial de EE sustentável para a região, os Estados Membros são incentivados a desenvolver políticas e estratégias claras de EE para a sua implementação. As políticas devem ter metas para o sector

industrial. O SIEEP contribuirá para a formulação desse ambiente político no que se refere à indústria. Ao criar políticas, o SIEEP ajudará os Estados Membros a articular padrões, regulamentos, incentivos, estruturas tarifárias e mecanismos como a medição líquida para a auto produção. O SIEEP pode ajudar os Estados Membros a desenvolver legislações que assegurem que a EE seja adoptada para garantir a segurança do suprimento de energia na região.

As directivas legalmente vinculativas que estabelecem metas a serem cumpridas pela região da SADC e pelos Estados Membros devem ser consideradas pelo SIEEP. O SIEEP garantirá o apoio às instituições financeiras para desenvolver pacotes e mecanismos financeiros para oportunidades de negócios em eficiência energética na indústria. Podem ser adoptadas abordagens voluntárias ou obrigatórias, trabalhando em parceria com os organismos regionais de normalização, tais como a Cooperação em Normalização da SADC (SADCSTAN) e o envolvimento do sector privado.

Conclusão

A medida que os alicerces para a colaboração regional no desenvolvimento de um sector de sustentável energia foram estabelecidos através do Protocolo da SADC sobre Energia de 1996, o Plano Estratégico Indicativo Regional da SADC de 2013, entre outros instrumentos de política regional, iniciaram programas muito limitados para promover a EE na região. A região tem uma enorme tarefa de transformar o seu fornecimento de energia numa economia de baixo carbono e o seu sector industrial em empresas e produtos competitivos.

Está claro que a energia desempenha um papel significativo nos custos gerais de fabricação, portanto, a EE pode contribuir para melhorar a competitividade industrial. Segmentar o sector industrial para o SIEEP é a escolha certa, especialmente com a importância que a região da SADC colocou nos seus esforços de industrialização. Há pilares, objectivos e acções recomendadas para o SIEEP funcionar com o envolvimento das principais partes interessadas para garantir a propriedade do programa. O SIEEP apoiará os Estados-Membros na consecução dos seus objectivos para a Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), duplicando a taxa de melhoria da eficiência energética.

ESTE RESUMO de Política é produzido pelo SARDC e SACREEE através do Projecto Comunicando Energia na África Austral, apoiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (ADC). O SACREEE foi criado com o apoio do Secretariado da SADC, da ADA e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). O conteúdo deste resumo é da inteira responsabilidade dos autores. A informação e a análise não refletem a opinião oficial da ADA / ADC. Abril de 2018



Julius K. Nyerere House
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791141 Email sardc@sardc.net
www.sardc.net Knowledge for Development



BAD fomenta Projectos de Transmissão de Energia da SADC

por Kizito Sikuka

O ANÚNCIO do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) de que está na fase final de aprovação de vários projectos regionais de interligação de energia é um desenvolvimento bem-vindo para a África Austral melhorar o seu sector energético.

A SADC vem enfrentando desafios incapacitantes no atendimento de suas necessidades de energia devido a uma combinação de factores, incluindo o crescimento da demanda.

Outro grande desafio tem sido o investimento limitado no sector, particularmente na construção de novas linhas de transmissão para promover o movimento suave do excedente de energia em toda a região.

A este respeito, o desenvolvimento de interligações de energia regionais permitirá aos Estados Membros da SADC partilhar e beneficiar do aumento da capacidade de produção através das fronteiras.

O Vice-Presidente do BAD responsável pela energia, alterações climáticas e crescimento verde, Amadou Hott, disse que vários projectos de interligação regional da SADC foram avaliados pelo banco e espera-se que sejam submetidos ao conselho do BAD para possível apoio até ao final de Novembro de 2018.

Hott disse isto durante a sua reunião com a Secretária Executiva da SADC, o Dra. Stergomena Lawrence Tax, em Gaborone, Botswana, no final de Fevereiro.

Uma vez aprovada, a construção de novas linhas de transmissão garantirá a integração total da energia, permitindo que os membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) vendam electricidade excedente para um outro Estado através de um mercado competitivo.

Actualmente, a região da SADC não está totalmente integrada, uma vez que Angola, o Malawi e a República Unida da Tanzânia não estão ligados à rede eléctrica regional.

Isto significa, portanto, que qualquer nova capacidade de produção instalada em qualquer um dos três países não é utilizada pelos outros nove membros do SAPP, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Por exemplo, em 2016, o SAPP encomendou cerca de 780 megawatts (MW) de capacidade de produção em Angola, mas devido à falta de interligação, a energia não era acessível para qualquer outro estado membro da SADC apesar do facto de vários países da região enfrentarem escassez grave de energia na época.

A criação de novas interligações na região também criará novos corredores que possam apoiar o desenvolvimento industrial e melhorar a segurança energética em outras partes da região, sem necessariamente serem sufocados por sobrecargas nas linhas de transmissão existentes.

A maioria dos projectos de interligação regional da SADC que estão a ser analisados pelo BAD estão contidos no Plano Sectorial da Energia do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP), que abrange o período de 2012 a 2027.

Aprovado pelos líderes da SADC na sua 32ª Cimeira Ordinária realizada em Agosto de 2012, em Moçambique, o RIDMP é um programa ambicioso para desenvolver infra-estruturas transfronteiriças na região.

O Plano do Sector de Energia do RIDMP estima que o custo total da capacidade adicional de produção de electricidade para a região esteja da ordem de 114 a 233 biliões de dólares norte-americanos.

Os custos de investimento de transmissão relacionados para suportar a nova capacidade de produção são estimados em cerca de 540 milhões de dólares norte-americanos. Esse investimento de transmissão, entretanto, não inclui interligações de transmissão planeadas e espinhas dorsais nacionais.

Algumas das linhas de transmissão previstas são a interligação Zimbabwe-Zâmbia-Botswana-Namíbia (ZiZaBoNa), a interligação Malawi-Moçambique, o projeto de transmissão Moçambique-Zimbabwe-África do Sul (MoZiSa) e o projecto de interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia.

O projecto ZiZaBoNa tem a capacidade de aumentar o comércio de energia entre as concessionárias participantes,

além de fornecer uma rota alternativa para descongestionar o corredor de transmissão central existente que passa pelo Zimbabwe.

Quando estiver totalmente operacional, a linha ZiZaBoNa permitirá que a Namíbia importe energia directamente de Hwange, no Zimbabwe. Actualmente, a electricidade da Central Eléctrica de Hwange está sendo encaminhada para a Namíbia através da África do Sul.

Por outro lado, a interligação Malawi-Moçambique permitirá ao Malawi ter acesso ao mercado regional através da rede interligada de Moçambique com o Zimbabwe (Songo-Bindura) e a África do Sul (Songo-Apollo).

Isto também permitirá que outros países da SADC tenham acesso a energia do Malawi, uma vez que será ligado à rede regional.

A interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia unirá as redes eléctricas e criará um elo entre o SAPP e o Grupo de Energia da África Oriental, possibilitando a transmissão de energia de Cabo a Cairo.

O principal objectivo do projecto é fornecer oportunidades para conduzir o comércio de energia na região leste e da África Austral e facilitar a criação de um mercado pan-africano de energia da Cidade do Cabo, na África do Sul, ao Cairo, no Egito. sardc.net □

A SADC e os seus parceiros de cooperação no sector energético reunir-se-ão em Gaborone, no Botsuana, em Abril, para discutir formas de assegurar uma abordagem coordenada ao desenvolvimento regional de energia. A reunião do Grupo Temático de Energia (ETG) da SADC está marcada para 11 de Abril. O ETG da SADC é composto por representantes do Secretariado da SADC, organizações subsidiárias de energia da SADC, Parceiros Internacionais de Cooperação e um parceiro de conhecimento, o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral. O novo ICP Líder para o sector de energia é a USAID, que substituiu a Áustria. □





Mais moedas serão introduzidas no sistema regional de pagamento

por Danai Majaha

A INTRODUÇÃO do dólar dos Estados Unidos como moeda de troca no sistema de pagamentos regional deverá melhorar a liquidação de transações entre os bancos dentro da região.

De acordo com o Secretariado da SADC, o USD deverá ser adicionado como moeda de negociação até Outubro, enquanto outras moedas, como as moedas da SADC e o Yuan Chinês, serão consideradas à medida que o sistema de pagamentos avança.

A actual moeda de liquidação do Sistema Regional Integrado de Liquidação Electrónica da SADC (SIRESS) é o Rand Sul-Africano (ZAR). O sistema está alojado no Banco de Reserva da África do Sul.

O SIRESS é um sistema de pagamento electrónico da SADC desenvolvido pelos Estados Membros para liquidar as transações regionais entre os bancos dentro dos países.

Por exemplo, quando as transações anteriormente demoravam dois a três dias para serem compensadas, agora são compensadas no prazo de 24 horas e as comissões pagas aos bancos não compensadores da SADC são guardadas.

O SIRESS foi criado em Julho de 2013 e testado em quatro países - Lesotho, Namíbia, África do Sul e Swazilândia. O sistema foi agora alargado a outros países da SADC. De acordo com o Banco de Reserva da África do Sul, cerca de 60% das transações transfronteiriças na SADC são denominadas em USD, 35% em ZAR e o restante em outras moedas.

As transações com o USD são actualmente liquidadas por meio de acordos bancários correspondentes usando bancos correspondentes do USD.

Desde o lançamento do SIRESS em 2013, o volume de transações negociadas no sistema aumentou

significativamente e atingiu a marca de R1 triliões em Abril de 2015.

Outro marco foi alcançado em Abril de 2016, quando o volume atingiu o ZAR2 triliões, enquanto a transação no valor de ZAR3 triliões foi alcançada em Março de 2017.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse ao Conselho de Ministros da SADC que acaba de ser concluído na África do Sul que “até à data mais de um milhão de transações representando ZAR 4,09 triliões foram liquidados usando o sistema”.

Os principais benefícios do sistema são a sua eficiência e redução de custos, porque anteriormente as transações passavam por um banco correspondente.

Sistema ferroviário do Zimbabwe vai impulsionar o comércio da SADC

por Danai Majaha

O RETORNO do sistema ferroviário no Zimbabwe deverá impulsionar o comércio e aprofundar a integração na África Austral.

De facto, a recapitalização, com um investimento de 400 milhões de dólares norte-americanos, das Ferrovias Nacionais do Zimbabwe (NRZ) pelo Grupo de Desenvolvimento de Infraestrutura da Diáspora e da companhia ferroviária sul-africana, Transnet, contribui para a realização do Programa Corredor Norte-Sul (NSC).

O Programa NSC é um exemplo de Ajuda para o Comércio em acção contribuindo para liberar o potencial económico dos países sem litoral na África Austral e Oriental. O programa visa, entre outras coisas:

- Melhorar o transporte através de melhorias nos transportes

A eliminação de um intermediário - muitas vezes um banco correspondente dos Estados Unidos ou da Europa - significa que o dinheiro permanece na região.

A maioria dos bancos em todos os Estados Membros da SADC, excepto Madagáscar e a União das Comores fazem parte do SIRESS.

Madagáscar indicou a sua intenção de se juntar a SIRESS em breve, enquanto a admissão de Comores como um Estado

membro da SADC deverá aumentar o número de bancos participantes na plataforma.

O desenvolvimento do SIRESS está em conformidade com o Protocolo da SADC sobre Financiamento e Investimento, que visa melhorar o clima de investimento regional através do reforço da cooperação entre os estados membros nos sistemas de pagamento, compensação e liquidação, a fim de facilitar a integração comercial. □

Tabela: Participação no SIRESS em Março de 2017

Participação no SIRESS	Números
Países Participantes	14
Bancos Centrais Participantes (como bancos participantes)	7
Bancos comerciais participantes	76
Operadores de Mercados	1

rodoviários, ferroviários e portuários, bem como medidas de facilitação do comércio; e

- Aumentar o potencial de produção de energia e comércio de energia do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral com novos investimentos na produção e transmissão de energia.

O NSC também procura ligar o porto de Durban ao Cinturão de Cobre na República Democrática do Congo e na Zâmbia e tem ramais ligando o porto de Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, e Copperbelt e Durban, na África do Sul, ao Malawi.

No âmbito da recapitalização de 400 milhões de dólares norte-americanos do sistema ferroviário do Zimbabwe, a NRZ arrendará 13 locomotivas, 200 vagões e 34 autocarros de passageiros da Transnet para resolver as principais lacunas de recursos nas suas operações.

Até ao momento, um total de 150 vagões, sete locomotivas e sete vagões de passageiros foram entregues, com o restante previsto para Abril.

O sistema ferroviário é essencial no transporte de mercadorias a granel e pesadas em sectores estratégicos, como mineração, agricultura e manufatura, o que possibilita a redução de custos na movimentação de mercadorias de um lugar para outro.

O desenvolvimento de infraestruturas em sectores como o ferroviário está em linha com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC que identifica a expansão, modernização e interligação dos sistemas regionais de transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo e portuário) centrais para melhorar os fluxos comerciais e a mobilidade dos factores de produção. □



Empoderamento do género é vital para o desenvolvimento sustentável

por Nyarai Kampilipili

A IGUALDADE de género foi identificada como uma prioridade para promover o desenvolvimento sustentável.

No entanto, vários desafios ainda dificultam os esforços para avançar plenamente a igualdade de género em todas as esferas do desenvolvimento, particularmente nas áreas rurais.

AS PRINCIPAIS decisões da CSW62 incluem o seguinte:

- Adopção de reformas para eliminar leis e normas discriminatórias para as mulheres terem acesso igual a recursos económicos e produtivos, incluindo terras e propriedades;
- Intensificar o progresso em direção a ambientes educacionais fortes em todos os níveis, incluindo a eliminação de lacunas de género na educação secundária e terciária;
- Garantir que as mulheres rurais tenham acesso a empregos decentes com pagamento igual para trabalho de igual valor, e que elas participem igualmente em todas as decisões, desde famílias a fóruns comunitários;
- Aumentar as infraestruturas e a tecnologias rurais essenciais, que geralmente chegam em último lugar para as mulheres rurais, fornecendo acesso, por exemplo, a água potável, a um fogão limpo, a instalações de saneamento e interligação;
- Aumentar os investimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional e aumentar a inclusão financeira e o acesso aos serviços financeiros das mulheres agricultoras;
- Provisão de cobertura universal de saúde, percebendo a necessidade de mulheres e raparigas nas áreas rurais, assegurando a sua saúde sexual e reprodutiva;
- Acelerar a acção para acabar com todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo práticas prejudiciais, como o casamento infantil e a mutilação genital feminina.

As mulheres que vivem em áreas rurais enfrentam muitas vezes barreiras estruturais para a sua plena participação na sociedade que são negligenciadas ou inadequadamente abordadas nas leis, políticas, orçamentos, investimentos e intervenções.

A 62ª sessão da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher (CSW62), realizada de 12 a 23 de Março em Nova York, discutiu maneiras de enfrentar esses desafios.

Algumas decisões importantes e recomendações feitas pela CSW62 incluem a necessidade de aumentar o acesso a educação gratuita e de qualidade, fornecimento de serviços digitais e recursos de infraestrutura, tais como instalações de saneamento, transporte seguro e materiais educacionais.

Para promover o avanço económico, é necessário criar e implementar legislação progressista que aborde as disparidades salariais entre homens e mulheres e forneça às mulheres a infraestrutura “flexível” necessária para o desenvolvimento económico.

A subsecretária-Geral da ONU, Phumzile Mlambo-Ngcuka, disse que as partes interessadas devem continuar a trabalhar juntas na promoção do empoderamento e igualdade de género.

“As mulheres nas áreas rurais precisam de tecnologia inovadora e infraestrutura de conectividade”, disse Mlambo-Ngcuka, que é Diretora Executiva da ONU Mulheres.

Ela disse que o acesso às tecnologias “trará saneamento, água potável, energia e transporte, que apoiam a produtividade e a mobilidade” para as mulheres nas áreas rurais.

O Chefe da Unidade de Género da SADC, Dr. Joseph Pitso, concordou, dizendo que para a região atingir os seus objectivos de promover um desenvolvimento económico sustentável e equitativo, é necessário promover programas direccionados que elevem os



padrões de vida das populações rurais pobres, particularmente mulheres.

“A divisão rural-urbana é um impedimento e é uma fonte das persistentes lacunas de oportunidades e acesso a meios de subsistência, melhor educação e sistemas de saúde”, disse ele, enfatizando a necessidade de “programas de desenvolvimento rural, serviços comunitários e instalações com tecnologia moderna que pode economizar tempo e diminuir o ônus das mulheres que vivem em áreas rurais”.

Esforços estão em curso na SADC para fornecer acesso a energia renovável para as mulheres em áreas rurais, incluindo o desenvolvimento de uma Estratégia e Plano de Acção de Energia Renovável e Eficiência Energética (REEESAP).

O REEESAP tem como objectivo garantir o acesso a serviços energéticos modernos, especialmente para as pessoas que dependem em grande parte de formas tradicionais de energia ineficientes, a fim de melhorar a sua situação socioeconómica e aliviar a pobreza. □

SADC comemora Dia Internacional da Mulher

A ÁFRICA Austral se juntou ao resto do mundo para celebrar o Dia Internacional da Mulher, que é comemorado todos os anos no dia 8 de Março.

O Chefe da Unidade de Género da SADC, Dr. Joseph Pitso, disse que enquanto a região continua a registar progressos significativos na promoção da igualdade e equidade de género, ainda é necessário garantir que a região faça mais, particularmente no investimento e apoio às mulheres nas zonas rurais para atingirem o desenvolvimento sustentável.

Ele disse que a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e raparigas não podem ser alcançados sem abordar as desigualdades e formas de discriminação que as mulheres rurais enfrentam.

Estima-se que, da população de 300 milhões na SADC, mais de metade - cerca de 51 por cento são mulheres e a maioria da população (60 por cento) vive nas áreas rurais.

O tema do Dia Internacional da Mulher deste ano foi - O tempo é Este: Activistas rurais e urbanos transformando a vida das mulheres.

A igualdade de género está firmemente enraizada na agenda de integração regional da SADC e os estados membros apoiam o princípio fundamental de que tanto as mulheres como os homens devem estar envolvidas em pé de igualdade na tomada de decisões a todos os níveis e em todas as posições de liderança. □





Situação política continua estável na região

por Danai Majaha

A **SITUAÇÃO** política na África Austral em geral continua pacífica apesar de algumas bolsas de instabilidade em algumas partes da região.

De acordo com um relatório apresentado ao Presidente do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço de Angola, pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, no final de Fevereiro, a SADC está a monitorar a situação política na região para garantir a estabilidade.

Por exemplo, houve progresso significativo para promover reformas constitucionais no Reino do Lesoto após anos de instabilidade.

Sobre a situação na República Democrática do Congo, a SADC está trabalhando com várias partes interessadas para assegurar que as próximas eleições sejam realizadas conforme o cronograma, em Dezembro.

As eleições há muito esperadas na RDC deveriam ter sido realizadas em 2016, quando o segundo e último mandato do Presidente Joseph Kabila terminou.

No entanto, vários desafios, como a instabilidade interna e a falta de preparação por parte da comissão eleitoral, impediram a realização de eleições.

O apoio de vários parceiros regionais e internacionais, incluindo a SADC e a União Africana (UA), permitiu que a RDC resolvesse alguns destes

desafios e fixou o dia 23 de Dezembro como o dia da eleição.

Desde então, a SADC abriu um escritório de ligação na RDC para continuar a monitorar e fornecer apoio eleitoral ao País,

A Secretária Executiva informou ao Presidente sobre as próximas eleições na região e o papel da SADC na observação destas eleições e na consolidação da democracia.

O Presidente Lourenço disse que, para preservar e fortalecer a situação política na região, é fundamental garantir que todas as eleições programadas para este ano sejam realizadas em conformidade com os padrões regionais e internacionais.

Pelo menos outros quatro Estados Membros da SADC estão a preparar eleições para o final deste ano. Estes são Madagáscar, Moçambique, Swazilândia e Zimbábue.

Moçambique fixou o dia 10 de Outubro para suas sextas eleições municipais, enquanto o Zimbábue deverá ir às urnas em Julho / Agosto.

Nas eleições harmonizadas, os zimbabueanos escolherão um presidente, membros do parlamento, senadores e vereadores locais.

Madagáscar e Swazilândia ainda não anunciaram as datas das eleições.

Os **PRINCÍPIOS** que os Estados Membros da SADC devem observar na condução de eleições democráticas incluem o seguinte:

- Participação plena dos cidadãos no processo político;
- Tolerância política;
- Igualdade de oportunidades para todos os partidos políticos de acessar a mídia estatal;
- Igualdade de oportunidade para exercer o direito de votar e ser votado;
- Educação eleitoral;
- Aceitação e respeito dos resultados eleitorais pelos partidos políticos proclamados como livres e justas pelas Autoridades Eleitorais Nacionais competentes de acordo com a lei;
- Desafio dos resultados das eleições, conforme previsto na lei da terra. □

Os observadores da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) devem observar as eleições em três fases: as fases pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral.

Após as eleições, espera-se que a SEOM emita uma declaração sobre a condução das eleições.

As expectativas da SEOM seriam guiadas e medidas principalmente contra disposições e requisitos da Constituição, bem como o Tratado da SADC, o Protocolo da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança, e os Princípios e Orientações da SADC que Governam Eleições Democráticas. □

Maurícias testemunha uma transição pacífica

O **VICE-PRESIDENTE** das Maurícias assumiu o poder após a demissão da Presidente Ameenah Gurib-Fakim devido a alegações de um escândalo de cartão de crédito.

Um comunicado da presidência disse que Paramasivum Pillay Vyapoory assumiu as funções do presidente a 23 de Março.

Ele vai manter a posição até que seja confirmado pelo parlamento ou alguém seja nomeado.

Gurib-Fakim apresentou a sua renúncia no "interesse nacional" após acusações de que ela usou um cartão bancário fornecido por uma organização não-governamental para fazer compras pessoais, incluindo joias e bens de luxo no valor de pelo menos 25.000 Euros.

Numa declaração enquanto entregava o poder, Gurib-Fakim disse que tinha "um coração pesado", mas insistiu que ela seria inotendada por qualquer investigação.

Ex-professora da Faculdade de Agricultura da Universidade das Maurícias e Diretora-Executiva do Centro de Fototerapia e Pesquisa e professora de Química Orgânica na Universidade de Maurícias, Gurib-Fakim foi eleita presidente em Junho de 2015 pela Assembleia Nacional das Maurícias. *Serviço de Informação do Governo das Maurícias.* □



Abril – Junho 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol.20 No.3 ABRIL 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anesu Ngadya, Tario Sasa, Nyarai Kampilipili,
Tanaka Chitsa, Lynette Chitambo, Tonderai Mpofo, Monica Mutero

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.
© SADC, SARDC, 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madhani, Francis Chikanga

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 cdn.face2faceafrica.jpg; P2 ena.gov.et.jpg; P4 images.enca.jpg, pbs.twimag.jpg,
P5 pbs.twimg.jpg, thezimbabweemail.com, clubofmozambique.com, iytimg.jpg;
P6 ctfassets.jpg, pambazuka.org.jpg, s-i.huffpost.jpg, thousandwonders.jpg;
P11 afdb.org.jpg, bvsystems.jpg, resources.supplychaindigital.jpg,
sterlitetech.jpg, tendersontime.jpg;
P12 cajnewsafrica.jpg, chronicle.jpg, encrypted-tbn0.gstatic1.jpg;
P13 unmiss.unmissions.jpg; pbs.twimg.jpg;
P14 telegraph.jpg, cdn.cnn.jpg, business.mega.mu.jpg;
P16 rising sunnorth coast.co.za, uneca.org, image.iol.jpg, img.huffingtonpost

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses; 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

[sadc.net](https://www.facebook.com/sadc.net) [@sadc.net](https://twitter.com/sadc.net)

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.

Abril

5-6, Azerbaijão

18ª Reunião Ministerial do Movimento dos Países Não Alinhados

A Reunião Ministerial do MPNA ocorre no contexto do debate internacional sobre a busca da paz sustentável num mundo onde muitos conflitos estão violando os direitos mais básicos das pessoas. Tema: "Promoção da Paz e Segurança Internacional para o Desenvolvimento Sustentável".

11, Botswana

Reunião do ETG e Ligação Água/Energia

O Grupo Temático sobre Energia é uma reunião de coordenação da SADC e das suas organizações subsidiárias com parceiros de cooperação para rever a situação energética na região. O ETG também se reunirá em conjunto com o Grupo de Referência da Estratégia da Água para discutir questões relacionadas à ligação entre a energia e a água.

24-25, Namíbia

Reunião de peritos sobre Recursos Materiais dos Movimentos de Libertação na SADC

A reunião de especialistas discutirá a produção de material de recursos sobre as dimensões regionais e as ligações dos movimentos de libertação nacional na região da SADC. O objectivo é gerar ferramentas de consciencialização e educacionais para sustentar o conhecimento do património partilhado e a coesão entre as fronteiras e contribuir para a integração regional. A reunião é organizada em conjunto pelo Escritório Regional da UNESCO para a África Austral e o SARDC, e coorganizada pelo Ministério do Ensino Superior e pela Assembleia Nacional da Namíbia.

Mai

8, Namíbia

Seminário dos Pontos Focais de Género e Água na SADC

O seminário contará com a participação de pontos focais de género e de água nos Estados Membros da SADC, bem como dos mecanismos nacionais de género.

8-9, Namíbia

8º Seminário das Organizações das Bacias Hidrográficas da SADC

Representantes de organizações de bacias hidrográficas na SADC reunir-se-ão em Windhoek para discutir questões pertinentes e partilhar experiências sobre os desafios e respostas. O tema é "Assegurar Investimentos Estratégicos para Realizar os Benefícios da Cooperação Transfronteiriça da Água".

10-11, Namíbia

Comité Técnico dos Recursos Hídricos da SADC

Esta é uma reunião anual do Comité Técnico de Recursos Hídricos da SADC, que é o órgão técnico de compensação do sector da água da SADC e é composto pelos Directores Nacionais responsáveis pela água nos Estados Membros da SADC.

14-16, Zimbabwe

Primeira Sessão Ordinária do Sub-Comité Ministerial sobre Turismo da União Africana

O encontro visa discutir como os países africanos podem fortalecer e desenvolver o seu sector do turismo para promover o crescimento sustentável.

25, África

Dia de África

O Dia da África é a comemoração anual da fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), agora União Africana, há 55 anos nesta data em 1963. Há cinco anos, no 50º aniversário, a União Africana comprometeu-se com uma visão para os próximos 50 anos - Agenda 2063 A África que Queremos.

Junho

19-22, Maurícias

Fórum de Energia em África

Fórum de Energia da África é o encontro de investimento global para os sectores de energia, infraestruturas e industrial da África, e reúne governos, empresas de energia e grandes actores do sector de energia da África e outros países para se concentrarem na distribuição de energia em África.

17, Global

Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca

O dia é observado a cada ano para aumentar a consciencialização sobre a necessidade da comunidade global trabalhar colectivamente para combater a desertificação e a degradação dos solos



Winnie Madikizela-Mandela Um símbolo da liberdade

ABRIL DE 2018 marca a perda de um ícone e a celebração da vida de um dos mais duros e mais activos defensores contra o apartheid e a opressão. Winnie Madikizela-Mandela faleceu na África do Sul a 1 de Abril, após uma longa doença.

O Presidente da SADC, Presidente Cyril Ramaphosa da África do Sul, disse que Winnie era “uma voz de desafio e resistência”.

“Ao longo de toda a sua vida, ela fez uma contribuição eterna para a luta através do sacrifício e da sua determinação inabalável. A sua dedicação contra o sofrimento do seu povo lhe valeu o amor e o respeito da nação.

“Por muitos anos, ela suportou o peso da brutalidade sem sentido do estado do apartheid com estoicismo e coragem. Apesar das dificuldades que enfrentou, ela nunca duvidou que a luta pela liberdade e democracia teria sucesso”, disse Ramaphosa.

A Secretária Executiva da SADC, Dra Stergomena Lawrence Tax, também prestou homenagem a Madikizela-Mandela, descrevendo-a como “um dos maiores ícones da luta contra o apartheid e uma mulher forte, líder e modelo humano”, que será unicamente perdida pela região.

Nascida numa aldeia em Bizana, Transkei, hoje conhecida como Cabo Oriental a 26 de Setembro de 1936, Winnie era uma activista anti-apartheid que acreditava que todo ser humano tinha o direito e a capacidade de determinar o seu próprio destino. Ela lutou contra um sistema opressivo de apartheid que concedia superioridade sistêmica à minoria branca.

Mama Winnie, como era carinhosamente conhecida, desempenhou um papel crucial na revolta de Soweto em Junho de 1976, quando milhares de estudantes negros tomaram as ruas de Johannesburg após um decreto do governo forçar todas as escolas a usar o africânder e o inglês como línguas de ensino nas escolas segregadas que ensinam “educação bantu”.

Algumas das principais posições que ocupou incluíram presidente da Liga das Mulheres do Congresso Nacional Africano (ANC) por um período, e vice-ministra de Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia.

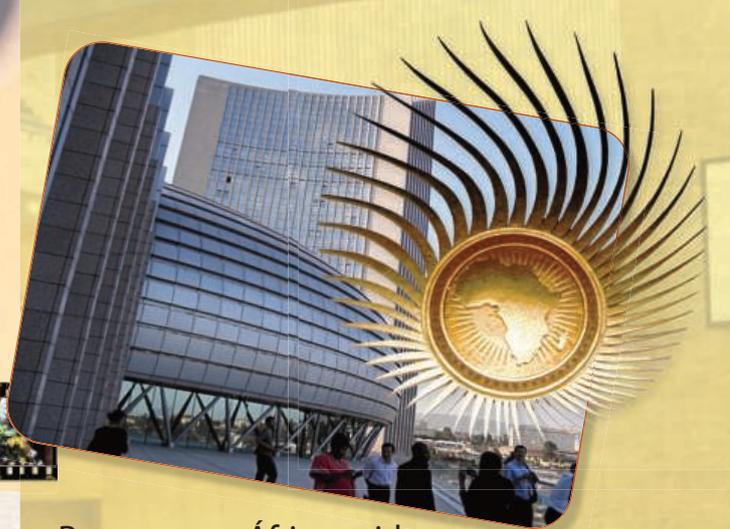
Em Abril de 2016, a África do Sul concedeu-lhe uma das mais altas honras do país, a Ordem de Luthuli, pela suas contribuições na luta pela democracia.

Winnie Madikizela-Mandela foi a segunda esposa do primeiro presidente negro da África do Sul, o falecido Nelson Mandela. Os dois se casaram em 1958 e se divorciaram em 1996, depois de se separarem em 1992.

Como seu ex-marido que foi preso por 27 anos, Mama Winnie também foi banida e presa por fazer campanha pelos direitos dos negros sul-africanos e pela libertação de seu marido.

Quando o seu marido foi condenado à prisão perpétua em 1964, Madikizela-Mandela assumiu um papel cada vez mais político e tornou-se um símbolo internacional de resistência ao apartheid e um ponto de convergência para moradores pobres e negros que exigiam a sua liberdade.

Quando lhe pediram para deixar o nome do ex-marido após o divórcio, Mama Winnie disse que não permitiria que o sistema patriarcal ganhasse, acrescentando: “Eu tenho um bom relacionamento com Mandela. Mas eu não sou o produto de Mandela. Eu sou o produto das massas do meu país e o produto do meu inimigo”. □



Rumo a uma África unida

HÁ CINQUENTA e cinco anos, os líderes de então 32 países africanos independentes criaram a Organização da Unidade Africana (OAU) a 25 de Maio de 1963, em Addis Ababa, Etiópia.

A visão principal dos pais fundadores da OUA - agora conhecida como a União Africana (UA) - foi acelerar a libertação política do continente africano e as nações africanas ainda sob domínio colonial, uma meta que alcançaram mais de 30 anos depois, com o fim do apartheid em 1994.

Serão 55 anos em Maio, uma vez que a formação da UA e várias actividades deverão ser organizadas pela Comissão da UA e pelos Estados Membros.

Estas incluem a iluminação simbólica de tochas por todos os Estados Membros. A tocha simboliza o desejo da África de reverter a actual imagem negativa do desespero “na verdadeira narrativa de oportunidade e potencial.” □

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril - Junho 2018

1 Abril	Domingo Santo	Madagáscar, Namíbia, Tanzânia, Zimbábue
2 Abril	Segunda-feira Santa	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Seychelles, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue
2 Abril	Dia da Família/Segunda-feira Santa	África do Sul
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia do sheik Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
13 Abril	Leilat al-meiraj	Comores
18 Abril	Dia da Independência	Zimbábue
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
1 Maio	Dia do Trabalhador	Lesotho, Moçambique, Namíbia, Zimbábue
	Dia do Trabalho	Angola, Botswana, Comores, RDC, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Swazilândia
4 Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
10 Maio	Dia de Ascensão	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia, Swazilândia
14 Maio	Dia de Kamuzu	Malawi
17 Maio	Dia da Libertação	RDC
20 Maio	Domingo de Pentecostes	Madagáscar
21 Maio	Segunda-feira de Pentecostes	Madagáscar
25 Maio	Dia de África	Angola, Namíbia, Zimbábue
	Dia de África/Dia dos Heróis	Lesotho
	Dia da Liberdade de África	Zâmbia
31 Maio	Corpo de Cristo	Seychelles
15 Junho	Eid ul Fitre (fim do Ramadão)*	Tanzânia, Madagáscar, Maurícias
16 Junho	Feriado Público	Tanzânia
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia da Constituição	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC

* A data exacta depende da visualização da Lua Nova